

Desafio do milênio (23/10/2008)

A comunidade científica aprovou um novo programa internacional de pesquisa que tem o objetivo de avaliar a relação entre o homem e os ecossistemas que forneçam recursos essenciais para a preservação da vida no planeta.

A decisão foi tomada nesta quarta-feira (22/10), durante a assembléia-geral do Conselho Internacional da Ciência (ISCU, na sigla em inglês), realizada em Maputo, Moçambique. Segundo os idealizadores, a iniciativa deverá ajudar a fornecer o conhecimento científico necessário para o uso sustentável dos ecossistemas.

Os ecossistemas ameaçados fornecem benefícios essenciais para a vida, como alimentos, água, habitat, recuperação de nutrientes, formação e conservação do solo. Em 2005, o relatório de Avaliação Ecosistêmica do Milênio, encomendada pela Organização das Nações Unidas, destacou que, por causa da ação humana, mais de 60% dos serviços dos ecossistemas – tais como água doce, pesca, regulação do solo e do clima – registravam alto grau de degradação ou eram usados de forma insustentável. O processo, de acordo com o relatório, tende a se agravar nos próximos 50 anos, colocando em risco a sobrevivência das gerações futuras.

"Mudanças climáticas, poluição, alterações no uso da terra e espécies invasoras, somadas ao crescimento populacional, ao aumento do consumo, à globalização e à urbanização, têm colocado uma enorme pressão no meio ambiente para que ele possa continuar a suprir os serviços de que precisamos", disse Hal Mooney, coordenador do grupo que recomendou o novo programa.

"A menos que façamos algo imediatamente, a maré de destruição continuará, causando perda catastrófica na biodiversidade, ampliação da pobreza e crise econômica", afirmou o também professor do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Stanford, nos Estados Unidos.

Segundo ele, enquanto a Avaliação Ecosistêmica do Milênio mostrou em que ponto está a sociedade em relação ao uso dos recursos do planeta, há ainda uma enorme quantidade de pesquisa que precisa ser feita, especialmente nas áreas de conhecimento que não foram devidamente analisadas no relatório de 2005.

O ISCU, ao lado da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e da Universidade das Nações Unidas, coordenará os trabalhos para instituir o novo programa, denominado Mudanças Ecosistêmicas e Bem-Estar Humano.

Para os proponentes da iniciativa, as pesquisas precisam começar imediatamente de modo a poder integrar a segunda Avaliação Ecosistêmica do Milênio, que deverá ser feita nos próximos sete anos.

"O novo programa atrairá também pessoas de fora da comunidade científica para ajudar a definir a agenda e suas prioridades. O programa estará bem posicionado para responder a questões relevantes de políticas públicas de modo que as mudanças possam ser feitas antes que seja tarde demais", disse Mooney.

De acordo com ele, o programa interligará as ciências naturais e sociais com serviços do ecossistema, o subconjunto de funções do ecossistema que são úteis aos seres humanos. Também integrará os três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiental, econômico e social.

Fonte: [Agência FAPESP](#).

23/10/2008 Uso sustentável da floresta pode reduzir mudança climática

Governos, produtores e representantes de ONGs na Semana Florestal Européia, que acontece na sede da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, afirmaram nesta quarta-feira (22) que a exploração econômica das florestas do continente é compatível com a luta contra a mudança climática. O diretor da Divisão de Indústria e Produtos Florestais da FAO, Wulf Killmann, explicou à Agência Efe que a maior parte dos 450 participantes do encontro concorda com a possibilidade de encontrar "um equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais da floresta".

Killman afirmou que este é um dos temas centrais da reunião, promovida pela primeira vez de forma conjunta pela Comissão Européia (CE), a FAO, a Conferência Ministerial para Proteção de Florestas na Europa e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa.

"Nós (pela FAO) também o vemos como um dos meios para reduzir os efeitos da mudança climática. Todos os anos, perdemos 13 milhões de hectares da floresta no mundo, segundo o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), o que contribui em 17,3% para a emissão de gases do efeito estufa", afirmou o analista.

Segundo ele, este percentual de dióxido de carbono é muito similar ao que representa o total do setor de transporte. Por isso, seria "muito importante reduzir essas emissões e esse desmatamento" na luta contra a mudança climática.

Para o representante da FAO, a luta contra o aquecimento global "passa pela utilização da terra para obter produtos agrícolas, uma tarefa na qual a floresta tem um grande potencial, assim como pelo conceito de manejo sustentável" dos recursos florestais.

Neste sentido, o diretor da FAO destaca a necessidade de potencializar a indústria florestal sustentável e de explorar a maior superfície possível, já que na Europa - onde a situação da floresta "está melhorando" -, apenas dois terços da área verde total são aproveitadas adequadamente.

Um dos motivos pelos quais não se chega a boa mobilização dos recursos florestais é que muitas pequenas extensões de área verde pertencem a pequenos proprietários que não podem ou não querem aproveitar toda sua potencialidade ambiental.

"As florestas contribuem para a situação ambiental dos países de diversas formas. Protegem a água, os solos e têm um papel na redução dos efeitos da mudança climática", explica Killmann, que também é membro do grupo interdepartamental de Mudança Climática da FAO.

"Quando crescem, as árvores absorvem carbono da atmosfera armazenada no tronco, nas folhas e nas raízes", acrescentou.

Killmann completa dizendo que até quando se transforma a matéria-prima das florestas em móveis ou portas, "o carbono fica nele". E se o processo de utilização é sustentável, "replanta-se parte da matéria explorada e se absorve novamente carbono".

(Fonte: [Estadão Online](#)).

23/10/2008 Governo investirá em projetos de pesquisa para ações de defesa agropecuária

Os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, vão lançar nesta quinta-feira (23), às 11h, o programa Defesa Agropecuária: Mais Ciência, Mais Tecnologia. O novo programa, segundo o Ministério da Agricultura, prevê investimentos de R\$ 120 milhões, ao longo de três anos, em projetos de pesquisa para as ações na área de defesa agropecuária.

Ações isoladas nesse sentido já existem. O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), por exemplo, apresentou, há um mês, o primeiro chip 100% brasileiro para rastreabilidade bovina, que poderá contribuir com o programa.

Falhas no sistema de rastreabilidade do gado foram, no início deste ano, responsáveis pelo embargo da carne bovina brasileira decretado pela União Européia.

O equipamento produzido pelo Ceitec possibilita o acompanhamento de informações genéticas, zootécnicas e sanitárias de cada animal, desde o nascimento até o abate. O chip ainda não chegou ao mercado, mas deve ter o preço como grande diferencial para os pecuaristas, na medida em que eliminará o pagamento da validação no exterior e de royalties (o que ocorre com os chips usados atualmente).

O lançamento do programa Defesa Agropecuária: Mais Ciência, Mais Tecnologia será realizado no auditório do Ministério da Agricultura.

(Fonte: Danilo Macedo/ Agência Brasil).